

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

Instituto de humanidades e Letras

Bacharelado em Humanidades

**EDUCAÇÃO NA ESCOLA, O SEXISMO ENSINADO: REFLEXOS DA
DINÂMICA INTERNA DE UM MUNICÍPIO.**

SOPHIA MEDEIROS FERREIRA

REDENÇÃO-CE

2017

SOPHIA MEDEIROS FERREIRA

**EDUCAÇÃO NA ESCOLA, O SEXISMO ENSINADO:
REFLEXOS DA DINÂMICA INTERNA DE UM
MUNICÍPIO.**

Projeto de pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), para o processo seletivo de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Violeta
Maria de Siqueira Holanda

REDENÇÃO-CE

2017

SOPHIA MEDEIROS FERREIRA

EDUCAÇÃO NA ESCOLA, O SEXISMO ENSINADO: REFLEXOS
DA DINÂMICA INTERNA DE UM MUNICÍPIO.

Projeto de pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), para o processo seletivo de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 14/12/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Violeta Maria de Siqueira Holanda (orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)


Prof.^a Dr.^a Janaína Campos Lobo (examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)


Prof. Dr. Carlos Eduardo Bezerra (examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A Universidade UNILAB, por proporcionar o começo de uma longa estrada.

A minha orientadora Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda pelo suporte no pouco tempo que lhe coube.

A ex professora adjunta Marina Mello pelo apoio ainda na escolha do tema.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram.

Aos amigos que participaram do desenrolar do projeto.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	7
2-OBJETIVO	10
2.1- OBJETIVO GERAL	10
2.2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	10
3-JUSTIFICATIVA	10
4-SEXISMO: O QUE É? E A VISÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO.....	11
5-O SEXISMO SEGUNDO O FEMINISMO.....	15
6-O CISSEXISMO SEGUNDO O TRANSFEM INISMO.....	17
7-O SEXISMO PODE ESTAR NA ESCOLA E ALÉM.....	20
8-METODOLOGIA	30
9- ANEXOS	33
10-CRONOGRAMA	34
11-REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS	34

RESUMO

O sexismo tem afetado negativamente a história das mulheres, inclusive a ponto de autores e autoras afirmarem que a mulher não possui história. O projeto tem por objetivo identificar as formas existentes de estereótipos do masculino e feminino na escola de ensino fundamental II E.E.B.M. São Francisco no município de Guaiúba-CE. À luz de autoras e autores como Montserrat Moreno (1999), Marília Pinto de Carvalho (2004) e Emi Koyama (2000). O projeto utilizará, como procedimento técnico, o estudo de caso e para tal será utilizado o método dedutivo, com técnicas de observação e entrevistas, com resultados traduzidos qualitativamente. Após uma primeira visita à escola, foi possível notar a existência de formas de sexismo, mas é somente na sua aplicação que será possível chegar a conclusões.

Palavras-chave: Escola; Estereótipo; Sexismo; Feminismos.

1-INTRODUÇÃO

Onde se encaixa a escola? Não é difícil saber a resposta desta pergunta, a escola representa a área educacional. O que não nos questionamos boa parte do tempo, é o que é a educação e qual parte dela deve vir da escola. Na nossa sociedade, aprendemos que o ambiente escolar é responsável por ensinar e educar os discentes. Em peso a escola é imposta a moldar o conhecimento e também grande parte das opiniões e ideias, o que cria, de certo, um cotidiano exaustivo. Segundo Carvalho (2004), a partir da pesquisa que realizou para seu trabalho *O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça* percebeu que o desempenho escolar da criança, ou seja, sua caracterização como bom aluno(a), referia-se tanto a seu rendimento acadêmico quanto a seu comportamento, a escola não mais traz a responsabilidade de moldar alunos e alunas, mas de criar cidadãos, pessoas dentro da norma.

A educação está ligada diretamente à moral, à formulação entre bom e ruim, certo e errado. A partir deste pensamento é possível se retirar algumas questões, dentre elas nosso pilar central: o que é, ou não, um ser correto para as escolas? Saliento que não pretendo usar de generalizações, pois entendo e acredito que cada escola é apenas uma engrenagem do sistema de ensino, que precisa e recebe diferentes estímulos para girar, ou não.

Esta ainda é uma pergunta muito ampla, eu poderia considerar a fundo questões sociais e de cor, mas pretendo afunilar-na na discriminação ao sexo feminino. Se cabe à escola educar, qual linha de pensamentos se explora em sala de aula? Quais os discursos que se pode ouvir de

pré-adolescentes e quais os afeta? Se a educação está ligada à moral, quais os valores, individuais ou coletivos que se pode aprender na escola? Segundo Montserrat Moreno (1999), a escola é segregadora do sexismo ensinando os papéis sociais do masculino e feminino. Saberemos no trabalho que segue se o discurso estereotipado ou sexista é, de certa forma, ensinado nas escolas. Compreenderemos como podemos os caracterizar sexistas e como essas situações podem influenciar negativamente a vida acadêmica e/ou social de jovens.

Como exemplo da diferenciação por sexo na forma de exercer papéis sociais e que estes podem acontecer a qualquer momento ou lugar, assim como na vida escolar, e não é o fato de serem reproduzidos com crianças que o torna menos relevante, pelo contrário, parte daí uma naturalização, trago a experiência de Chimamanda Ngozi Adichie, uma escritora nigeriana que conheci dentro da sala de aula, um livro que li recentemente, produzido a partir de uma palestra dada no TED talk that pela Adichie em 2012, me chamou a atenção. Na obra *sejamos todos feministas* a autora fala sobre um fato que aconteceu ainda na infância, em ambiente escolar, nas suas palavras:

Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder enorme; além disso, ele podia circular pela sala empunhando uma vara, patrulhando a turma do fundão. É claro que o monitor não podia usar a vara. Mas era uma ideia empolgante para uma criança de nove anos, como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta. Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. Ele seria o monitor. O mais interessante é que o menino era uma alma bondosa e doce, que não tinha o menor interesse em vigiar a classe com uma vara. Que era exatamente o que eu almejava. **Mas eu era menina e ele, menino, e ele foi escolhido.** Nunca me esqueci desse episódio. (ADICHIE, s/d, p.12, grifo nosso)

O que se pode perceber é que são traçados papéis sociais apoiados em visões estereotipadas dos gêneros, à medida que o masculino é escolhido para ser um símbolo de força, mesmo quando este não almeja tal lugar, o feminino é imposto a não o representar, mesmo quando se está apta a exercer o papel desejado.

Ao tratar das diferentes amarras que prendem o ser humano no ambiente social, o anexando formas de subalternidade a autora Ina Kerner (2012) apresenta o termo “interseccional” e o conceito que este representa, em um artigo intitulado *Tudo é interseccional?*, segundo a autora há sempre uma lista dicotômica que hierarquiza diferentes

posições, por exemplo, ser pobre é ser subalterno, ser pobre negro é um estágio mais difícil de reconhecimento social e discriminações, caminhando para a base da pirâmide pode-se encontrar os pobres, homens, negros, gays, ou pobre, mulher, negra e lésbica. Esta é uma realidade a que não se pode fugir, porém não se trata de uma verdade absoluta, mas de uma discriminação difundida socialmente que precisa ser percebida no contexto escolar por profissionais e gestores da educação.

O trabalho de Kerner (2012) nos abre os olhos para os inúmeros degraus que existem de diferença entre cada indivíduo presente nesta intersecção, degraus estes que foram construídos pedra a pedra meio a privilégios, sexismo e negligências.

Existem intersecções também na escola, é importante projetar sonhos, sentir-se capaz. Mas, para Moreno (1999) é também importante ver expectativas dos professores e professoras para com seus discentes. Chimamanda se sentiu capaz, e foi, conseguiu a nota mais alta da sala, mas logo percebeu que isto não seria o suficiente, para uma garota não basta alcançar a nota tem que ter o perfil correto de um ganhador e ser um garoto já supria as necessidades. O sexismo impõe papéis sociais não apenas ao sexo ou gênero feminino, mas também ao masculino.

Há uma crença que permeia as escolas que já acontecia quando cursei o ensino fundamental, ou até mesmo o médio, que consiste em acreditar que a menina nasceu para ser boa em língua portuguesa e o menino para a matemática e não apenas isto, mas para não serem bons na outra disciplina, caso contrário algo está errado, logo, se masculiniza a menina que é boa em matemática e se efeminiza o menino bom em português, ou qualquer área estética. Anexar ao sexo o poder de definir um destino, como uma futura especialidade em uma área é sexismo.

Segundo o dicionário do Aurélio o sexismo é uma “discriminação baseada em critérios sexuais” é preciso ter em mente que discriminação nada mais é do que estabelecer diferenças, não consiste necessariamente em formas abusivas de tratamento, ou seja, caracterizar uma ação ou qualquer outra coisa, se baseando somente no sexo como diferenciador, além de inferiorizar uma determinada ação que não depende de funções biológicas por acreditar que ela pertence a um dos sexos ou gêneros sexuais e não a outro é sexismo.

Moreno (1999) em sua obra *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*, fala sobre a questão da matemática ser coisa de homem, para isto realizou um trabalho que segundo informava os participantes, teria aplicado provas de matemática à meninas e meninos, o que não havia acontecido, mas ao fazer acreditar que acontecera perguntou aos entrevistados qual

grupo achavam que teriam se saído melhor. Moreno recebeu uma resposta, segundo ela, sem lógica. A maioria disse que as meninas teriam se saído melhor no entendimento das questões, enquanto os meninos teriam feito cálculos de melhor forma, fato que se bem pensado qualquer um veria que não há sentido em se entender melhor uma questão e não conseguir responde-la de melhor forma que alguém que não a compreendeu. Cria-se uma dicotomia entre língua portuguesa e matemática como se cria entre feminino e masculino.

2-OBJETIVO

2.1- OBJETIVO GERAL

- Identificar as formas existentes de estereótipos do feminino e masculino na escola de ensino fundamental II E.E.B.M. São Francisco no município de Guaiúba-CE.

2.2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- compreender se as situações descritas podem ser caracterizadas como sexistas.
- Analisar de que modo estas situações podem interferir negativamente na vida escolar e/ou social de discentes.

3-JUSTIFICATIVA

Grandes teóricas(os) já assumiram a construção social a que se deve a reprodução das formas de opressão da mulher. Ainda que a escola não ensine, literalmente, o sexismo, ela pode estar escolhendo não o desconstruir em suas práticas. Não se pode negar o papel educativo que a escola representa nos tempos atuais, mas se reconhece que não é papel da escola competir com a educação dada pela família, entre estes dois pontos há o que a escola pode e/ou deve fazer para amenizar o ‘sofrimento’, ou mesmo o ‘constrangimento’, de seus alunos, os considerando em suas completudes enquanto humanos, buscando acrescentar em suas visões de mundo um pensamento mais ‘saudável’. Sendo assim o projeto assume que o papel escolar na educação é importante e pode representar um outro caminho nas visões sociais dos(as) discentes, mas ao mesmo tempo torna importante saber que visão é esta, que caminho é este que a escola defende. Para a pesquisa a coleta de dados representa respostas de como os alunos desta, e possivelmente várias outras escolas, são instruídos com base em teorias que defendem a igualdade entre os gêneros, para a escola representa uma resposta para qual é seu posicionamento político com relação a tais igualdades (ou desigualdades).

O projeto não pretende acusar, nem mesmo ser exatamente uma resposta, apesar de se compromissar em responder as perguntas dadas em seu objetivo, mas uma reflexão. O dia a dia é algo que depende de práticas repetidas que se tornam comuns, habituais, e que, por vezes, não percebemos que reproduzimos. As perguntas feitas no projeto são importantes pois se relaciona a qualidade de vida e de aprendizagem dos educandos.

As respostas, ou novas perguntas, trazidas pelo trabalho poderão ser utilizadas para alcançar um melhor ambiente de aprendizagem, pois o fato de ingressar futuramente na área em pedagogia de certo fará com que entre em sala de aula mais preparada aos casos de sexismo que poderei encontrar e/ou prevenir. Acredito que se preparar para uma reação a formas de discriminação é uma obrigação social que deve nascer no individual para um bem coletivo.

4-SEXISMO: O QUE É? E A VISÃO DE ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO.

Partindo a falar sobre visões estereotipadas, o termo estereótipo vem das palavras gregas *stereo* (rígido) e *tipo* (traço), e refere-se a “tornar fixo, inalterável” (Ferreira, 2000), segundo trás as reflexões de Marcos Mesquita Filho (2011) e colaboradores em artigo intitulado *estereótipos de gênero e sexismo ambivalente em adolescentes masculinos de 12 a 16 anos* sobre as ideias de Ferreira (2000).

Partilhamos da ideia de estereótipo como um processo de formação de impressão, que constitui um conjunto de avaliações afetivas, morais e instrumentais, elaboradas a respeito de uma pessoa ou grupo. (Bello e col., 2005, p. 8). Mas, como o presente trabalho pretende relacionar-se a visão de estereótipos? Considerando os estereótipos ligados ao gênero como os que ditam características:

[...] em dois grandes grupos segundo a similaridade do traço com a construção sociocultural dos conceitos de masculinidade e feminilidade. Assim, traços individualistas ou instrumentais (por exemplo: independente, agressivo, racional) caracterizam-se como sendo pertinentes à masculinidade e traços coletivistas ou expressivos (por exemplo: amorosa, sensível, delicada) como pertinentes à feminilidade (Melo e col., 2004, p. 252). (FILHO, 2011, p. 556)

Um reflexo dos estereótipos de gênero é o sexismo, quando essas avaliações se tornam, quase, cobranças perceptíveis, ou não, de como cada grupo deve se portar em espaços sociais, inclusive na escola. Para relacionar melhor o tema, o Doutor em Saúde Pública Filho (2011) pode acrescentar com seu estudo sobre a presença do sexismo ambivalente em adolescentes

masculinos de 12 a 16 anos, exatamente as idades previstas para cursar o ensino fundamental II o qual o atual projeto se propõe.

Filho (2011) trabalha variáveis importantes considerando idade, núcleo familiar, tipo de escola (estadual ou municipal), bem como o poder aquisitivo do bairro em que a escola estava localizada (alto, médio e baixo). Categorizando também entre sexismo benévolo ou sexismo hostil, conceitos explicados mais à frente. As perguntas feitas eram sempre sexistas se respondidas positivamente, como por exemplo, “a maioria das mulheres gosta de ser maltratada por homens?”, sendo assim, quanto maior a pontuação mais se caracteriza sexista. Em sua conclusão foi percebida que a maior pontuação veio daquelas escolas que estavam situadas em bairros com poder aquisitivo mais elevados, que o sexismo benévolo foi mais pontuado que o sexismo hostil. Não havendo grandes diferenças nas demais categorias atribuídas, como idade ou núcleo familiar. As considerações finais que indicam sim que estereótipos de gênero e sexismo se inserem na cultura da população adolescente e discente masculina.

Mas, afinal, o que é o sexismo? Segundo a autora Ina Kerner a palavra alemã *Sexismus* tem sua origem do inglês norte-americano. Originalmente ‘*sexism*’ foi criado por analogia com o termo *racism* na segunda metade dos anos 1960. Um texto de intervenção do *Southern Student Organizing Committee*, um grupo de ativismo político de Nashville, Tennessee, registra uma das primeiras ocorrências textuais de uso do termo. Em 1969, em texto intitulado *Freedom for Movement Girls — Now*, o grupo declarou:

Os paralelos entre sexismo e racismo são nítidos e claros. Cada um deles incorpora falsas suposições sob a forma de mito. E, assim como o racista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre outra, da mesma forma, o sexista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de um sexo (adivinha qual) sobre o outro. (KERNER, 2012, p. 1-2)

Como já foi dito antes, o sexismo é, segundo o dicionário do Aurélio uma “discriminação baseada em critérios sexuais” é preciso ter em mente que o significado da palavra discriminação nada mais é do que estabelecer diferenças, não consiste necessariamente em formas abusivas de tratamento (mas pode-se diferenciá-la em positiva ou negativa, por exemplo), ou seja, caracterizar uma ação ou qualquer outra coisa, se baseando somente no sexo como diferenciador, além de inferiorizar uma determinada ação que não depende de funções biológicas por acreditar que ela pertence a um dos sexos ou gêneros sexuais e não a outro é sexismo.

Citando como exemplo um caso de sexismo bem naturalizado na sociedade: quando se relaciona a cor rosa a menina e a cor azul ao menino, caso tão pequeno que não precisa de atenção. Será? Pois esta performance cobrada de ambos os sexos (biológicos) desde o nascimento trata de iniciar uma série de fatores. A partir disto se cria toda uma diferença dicotômica, como se fosse ‘certo e errado’, entre aquilo que é destinado aos meninos e aquilo destinado as meninas, logo mais, aos homens e mulheres. E mais a frente torna natural que o pai passe a receber poucos dias de licença maternidade o que por si só o dispensa dos cuidados com o bebê. O que demonstra que, à medida que o sexismo é algo dicotômico, ele afeta os dois sexos, mas vem trazendo um peso maior aos ombros das mulheres. Aos poucos estas noções de guardar a um sexo objetos, atitudes ou afazeres são desconstruídas, com bastante resistência da parte de uns e insistência de outros.

Formiga (2011), em seu estudo *Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutura* denomina sexismo o preconceito em relação às mulheres, trazendo conceitos como o de sexismo ambivalente, o qual o autor afirma que “Concretamente, o sexismo ambivalente é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo” (FORMIGA, 2011, p. 193) Traz ainda duas formas de caracterizar o sexismo, usadas por Filho (2011) em artigo citado anteriormente, sendo eles:

Sexismo Hostil é uma expressão flagrante, aberta e explícita do preconceito em relação às mulheres. Este tem sido extensamente tratado (Glick & Fiske, 1996, 2001), porém não permite compreender totalmente a direção que toma o sexismo na sociedade atual. Esta forma de sexismo, justificado a luz da busca de igualdade em direitos e deveres entre os gêneros (Siano, 2000), evidencia crenças e práticas típicas de pessoas que consideram as mulheres inferiores aos homens, refletindo antipatia e intolerância em relação ao seu papel como figura de poder e decisão;

Sexismo Benévolo se constitui a partir das concessões e tratamentos diferenciados entre homens e mulheres, referindo-se a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, porém descrevendo-a como pessoa frágil, necessitando de atenção, proteção e provisão por parte dos homens (Pettigrew & Meertens, 1995). (FORMIGA, 2011, p. 193)

Formiga, em sua adaptação, explica de forma mais didática do que se trata o sexismo hostil em que dá exemplos como: As mulheres feministas estão fazendo exigências completamente sem sentido aos homens; A maioria das mulheres não apreciam completamente tudo o que os homens fazem por elas. E o sexismo benévolo como por exemplo as mulheres devem ser queridas e protegidas pelos homens; muitas mulheres se caracterizam por uma pureza que poucos homens possuem (FORMIGA, 2011, p. 195). Do que se pode reduzir a dizer que o

sexismo hostil parte do pressuposto que as mulheres não deveriam manter opiniões enquanto o sexismo benévolo tenta justificar a falta de pulso feminina culpado pela sua necessidade de afastar-se daquilo que é ‘racional’.

É preciso salientar que qualquer pessoa, de diferentes gêneros, podem ser sexistas ou ter atitudes sexistas (algumas vezes despercebidas), inclusive a mulher (inclusive a mulher feminista). O fato é que para fugir da prática do sexismo é necessária uma autoanálise constante pois, como já foi dito, se trata de uma construção social que está presente a todo momento e em qualquer situação que absorvemos desde o nascimento. Ora, é impossível ser de família brasileira, que conversa todos os dias e soltam palavras a todo minuto, e não aprender a falar, mesmo que pouco, a língua portuguesa.

Foi há apenas 48 anos que começamos a conceituar aquilo que era sexista, mas é obviamente há muito mais tempo que ele está presente na prática sem sequer existir no teórico e foi exatamente esta prática que fez com que muitas mulheres percebessem seu lugar de fala, se é que este existia, e buscar por meio de luta os direitos que percebiam, ainda muito superficialmente, que lhes faltava.

Quando se trata de sexismo, de forma aberta ou não, também se fala de gênero, visto que “A relação entre os sexos ocorre em função de estruturas de gênero” (SCOTT, 1989, p. 11-12) não limitados à esfera da família, mas relacionados com outros sistemas sociais de interações e poder, como a escola. (SCOTT, 1989) O sexismo seria assim uma das consequências da ação violenta das relações de gênero.

“Sexo é biológico, gênero é social” (JESUS, 2012, p.8). Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher (JESUS, 2012), gênero enquanto algo subjetivo e fluido. “O mesmo se pode dizer da identidade de gênero: não corresponde à realidade pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero” (JESUS, 2012, p. 12) (Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento).

Para melhor falar de gênero enquanto teoria, trago algumas das ideias presentes no trabalho de Jean Scott (1989) intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, falando inicialmente da história da palavra gênero, “ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais” (SCOTT, 1989, p. 2), já no seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções

baseadas no sexo e ademais o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina (SCOTT, 1989). No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres” “nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (SCOTT, 1989, p. 6).

O gênero seria assim uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1989) Em outros termos, esse uso do gênero só se refere aos domínios – tanto estruturais quanto ideológicos – que implicam em relações entre os sexos.

Para Scott (1989) quando as(os) teóricas(os) trataram de gênero o utilizaram inicialmente, intencionalmente ou não, para reforçar a dicotomia masculino/feminino já existente, podendo explicar os papéis sociais, mas, de certa forma, os aceitando e perpetuando sem insistência para quebra dos tais. Aceitando ainda que as dominações estariam sempre presentes e que apenas mudariam suas causas, por exemplo. Binarismo permanente que Scott se contrapõe. Para ela “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 21) explicado em “representações simbólicas”, seguido de conceitos normativos que limitam as representações, do que deve ser mulher por exemplo, a desnutrição de análises em diferentes campos como político ou educacional como relevantes para análise de gênero, e ligado a identidade subjetiva.

O que se pretende fazer no trabalho está ligado a análise, afinada, do campo educacional e como este se relaciona aos estereótipos de gênero, não se faz propósito do projeto se debruçar em saberes sobre gênero, por acreditar que se trata de uma análise complexa que não poderia ser feita com o objetivo do atual trabalho. Continuaremos, então, tratando do que vem a ser estereótipos de gênero e sexismo.

5-O SEXISMO SEGUNDO O FEMINISMO

Antes de mais nada se faz necessário conceituar aquilo que é o feminismo, para isto trouxe trechos de artigos retirados da coletânea feminismo, ciência e tecnologia, produzido por várias autoras e autores como Ana Alice e Marion Teodósio de Quadros, onde afirma que:

Ser feminista é estar do lado da Justiça, da liberdade, da dignidade humana, do respeito à integridade de cada pessoa. É rejeitar a escravidão sexista, é

negar a discriminação e promover o bem-estar das pessoas, independentemente de gênero e de condição social. (ELUF, 2000). (QUADROS, 2002, p. 145).

O feminismo é um movimento libertário de autoafirmação e de defesa de direitos iguais, não apenas de ir e vir, mas principalmente de estar em qualquer ambiente, do sexo feminino em relação ao masculino.

Para melhor explicar a visão de autoras(es) sobre o sexismo, trago novamente Kerner que relaciona o sexismo ao racismo, pois segundo ela e autoras(es) por ela utilizadas(os), as duas formas de discriminação baseiam-se em algo naturalizado e que afetam o reconhecimento pessoal ou mesmo de grupos. Para isto, lança exemplos como a diferença social em comparação a estas minorias. A autora explica que a classe social inferior seria resolvida simplesmente com uma redistribuição de bens, e algumas das características marcadas pela ordem social poderiam sumir em questão de anos. Já o racismo ou o sexismo que se tratam de ideias pré-formadas não somem pois estariam, para aqueles que o praticam, fundamentadas na natureza humana. A autora afirma:

tanto racismos quanto sexismos podem ser entendidos como fenômenos complexos de poder que operam no contexto de atribuição de diferenças categoriais. Mesmo que não seja sempre necessariamente assim, eles frequentemente funcionam por meio de referências a características corporais e, portanto, por meio de referências a supostas certezas biológicas. (KERNER, 2012, p. 46)

O feminismo nasceu meio a pensadoras(es) e movimentos pois como afirma Celi Regina (2009) há “coincidência entre militância e teoria” (PINTO, 2009, p. 15). Sua primeira onda ocorreu do final do século XIX ao início do XX e foi elaborada por mulheres brancas, classe média ou alta e educadas, com exigências de direito ao voto (conquistado, no Reino Unido, em 1918) ou ao trabalho, inicialmente em países como França e Reino Unido, conhecidas posteriormente como as sufragistas.

Segundo Celi (2009) eram feitas greves de fome e diversas revoltas por parte do movimento e “Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo.” (PINTO, 2009, p.15) Já no Brasil as ‘sufragete s’ “foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910 ” (Idem), ou seja, mesmo no Brasil a primeira onda foi inicialmente representada por mulheres de classes sociais mais abastardas, uma vez que o acesso a esse conhecimento exigia o contato e condições financeiras de idas ao exterior.

Prosseguindo também com a luta por direito ao voto, que foi atendido no Brasil em 1932, há apenas 85 anos atrás.

Se levarmos em consideração a informação que Ina Kerner traz em seu artigo perceberemos que o feminismo veio à tona para fazer ainda conceituações e se moldar, pois, foi militante muito antes de teórico, com a primeira ocorrência textual da teoria, falada por Kerner no tópico anterior, do uso do termo sexismo, em 1960.

A segunda onda se iniciou em 1960 majoritariamente nos EUA e teve como objetivo a continuidade de direitos conquistados na primeira onda e a introdução de temas mais abrangentes como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais (PINTO, 2009) e muitas outras lutas.

No Brasil o feminismo foi defendido pelas classes sociais baixas mais fortemente somente após o fim da ditadura militar (e civil) brasileira, as repressões sofridas durante os anos de 1960 aos anos de 1980 fizeram com que a redemocratização do país fosse celebrada por meio de luta, esta que não pode avançar junto com a segunda onda do feminismo.

A terceira onda, o feminismo negro, iniciado em 1990, trouxe consigo a teoria Queer e a não universalização da mulher, o que possibilitou diferentes lutas. As vertentes criadas sobre as lutas foram acusadas de separar a causa legítima do feminismo. A partir da ideia de não universalização do que é ser mulher nasceram diferentes feminismos que não pretendem separar as lutas, mas trazer mais visibilidade para quem dela precisa para adicionar aos movimentos e lutas e não invisibilizar qualquer vertente.

Estas definições de sexismo são compartilhadas, mesmo que minimamente, com a maioria dos feminismos existentes.

6-O CISSEXISMO SEGUNDO O TRANSFEMINISMO

O conceito de universalismo foi deixado de lado dos pensamentos feministas desde sua terceira onda (feminismo negro) pois cada grupo apresenta suas individualidades que não devem ser disfarçadas, mas sim mostradas pois “a negação não representa para os interessados uma libertação e sim uma fuga inautêntica” (BEAUVOIR, 1970, p. 8) o conceito de intersecção sugere que se deve considerar mais identidades do que somente o “ser mulher” sem dicotomizar essas diferenças, para Ina Kerner que fala do lugar de uma mulher negra:

o termo “intersecções” serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências. (KERNER, 2012, p. 55)

A importância de considerar o transfeminismo separadamente no projeto está relacionada a sua camada interseccional, bem como ao grau de diferenciação que este tem sobre a definição de sexismo, criando inclusive o conceito de ‘cissexismo’ para abranger seus princípios. Mas se faz igualmente importante considerar os diferentes feminismos, como o transfeminismo.

Busquei apoio em militância e teoria para conceituar o necessário sobre o tema, para a plataforma online *dicionário de gêneros* as explicações trazidas por todos os dicionários ‘padrões’ não davam conta de representar a diversidade de gêneros existente, por este motivo o projeto de criação de um novo dicionário foi posto em prática e agora o site está aberto para pesquisas, dando espaço para as pessoas definirem seu próprio gênero ou até mesmo mostrar a existência do gênero neutro, não-binário ou ainda agênero. Na página, Bárbara Aires fala que ser uma mulher trans “é ser uma mulher como qualquer outra, com as diferenças que todas as mulheres têm”. “O cliché popularizado pelos media é o de que as pessoas trans são "mulheres presas em corpos masculinos" ou vice-versa” (KOYAMA, 2000, p. 5) mas a definição de transexualidade que se pode encontrar no dicionário de gênero (2016) é “que ou pessoa que possui identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e realiza ou não uma transição para se redesignar socialmente quanto ao modo como se vê e sente” (DICIONÁRIO DE GÊNERO, 2016) após esta definição apresento as formas de cissexismo escritas por militantes do transfeminismo na internet. São algumas delas:

- Afirmar que só existe um tipo de morfologia (corpo) e este deve estar alinhado com o gênero designado ao nascer;
- Só existem dois gêneros (binários: masculino/feminino) e que uma pessoa deve estar alinhada dentro de um desses dois;
- Uma pessoa trans* tem uma vivência menos ‘verdadeira’, e/ou nunca será ‘verdadeira’ se não fizer modificações em seu corpo para ficar mais próxima de um dos gêneros binários.

- As pessoas que não se encaixam no binário são doentes mentais, tem patologia e precisam se tratar de algum modo para se curar e que essa cura ou será o alinhamento ou o processo transsexualizador;
- Achar que uma pessoa ‘chama atenção’, ‘dá pinta’, é ‘escandalosa’ e não age como o esperado do alinhamento cis, e por isso ela irá prejudicar a causa LGBT; (Atenção porque esse discurso está bastante difundido no meio LGBT!)
- Uso de termos ofensivos, mas que muitas pessoas não acham ofensivos, ou evocar arbitrariamente (sem a permissão da pessoa) o nome designado ao nascer.
- Designar arbitrariamente a identidade da pessoa. Conhecer alguém e prontamente decidir qual é a ID da pessoa baseada na imagem – visual e/ou performática – (da sua posição cis) que você tem dela. Alinhar pronomes e identidades também é cissexista;
- Na simples discriminação pela pessoa não ser cis, por ter qualquer comportamento diferente do esperado pelo alinhamento cis. Nesse ponto o sexismo também tem papel importante.

Koyama afirma que os feminismos marginalizados foram por tempos acusados de fragmentar o ‘real’ feminismo com assuntos triviais (KOYAMA, 2000), mas que com o tempo foram aceitos, estes dentro da própria causa funcionam como processo doloroso de percepção dos próprios preconceitos pois “outras feministas são desafiadas a repensar a sua ideia daquilo que e de quem representam” (KOYAMA, 200, p. 1).

“Temo-nos tornado cada vez mais conscientes de que a diversidade é a nossa força e não a nossa fraqueza” (KOYAMA, 2000, p. 1). Para o transfeminismo sua causa aumenta o alcance dos feminismos iniciados desde as primeiras décadas do século XX, pois vêem sua libertação intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres. Pretende igualmente lutar pelas mulheres trans e não-trans e pede que estas, em troca, defendam as primeiras. Assim como o feminismo mostra que o sexo masculino tem privilégios, o transfeminismo mostra que as próprias mulheres, bem como homens, têm privilégios por estarem confortáveis em assumir seu corpo biológico, e ainda que trans homem-para-mulher socializaram, dado momento, como meninos usufruindo assim desse privilégio (KOYAMA, 2000). É a lógica da interseccionalidade.

Este tem como premissa base defender que cada indivíduo tem o direito de definir a sua própria identidade (de gênero) e esperar que a sociedade a respeite. Bem como, consideram ter o direito exclusivo de tomar decisões a respeito dos próprios corpos e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa poderá violar a integridade destes contra a sua vontade ou subverter decisões sobre o que fazer com eles. “O transfeminismo afirma que sexo e gênero são ambas construções sociais; além disso, essa distinção é artificialmente considerada e subvertida conforme conveniências pontuais” (KOYAMA, 2000, p. 4). Possui assim o objetivo desmontar a premissa de que sexo e gênero são "naturalmente" coerentes. (KOYAMA, 2000, p. 7).

Em caso de cissexismo e propriamente agressões afirmam que as mulheres trans sofrem um ataque ainda mais violento, potenciado por questões de homofobia e transfobia (KOYAMA, 2000). Segundo relatório da *Transgender Europe* em 2016, examinado por Thays Lavor para BBC, onde o Brasil aparece como o país onde mais ocorrem homicídios de pessoas transexuais no mundo (BBC, 2017).

Foi lançado no ano de 2017 um projeto de lei (Nº7292 Da Sra. Deputada Federal Luiziane Lins) onde se visa alterar o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora de crime de homicídio, e o art. 1º da lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos. Ainda aguardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos segundo o site da câmara dos deputados (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2017). O PL intitulado Lei Dandara foi proposto após o assassinato de Dandara dos Santos, 42 anos, moradora travesti da cidade de Fortaleza-CE, que foi espancada e morta a tiros em agressão gravada por civis em fevereiro de 2017. (BBC, 2017)

Agora que já sabemos do que se trata o sexismo e o que este abrange dentro do feminismo e transfeminismo, focarei nos propósitos do trabalho, visto que não me ocorre aqui discutir ou adentrar nas diversas teorias feministas tendo que abordar assim o racismo, capitalismo, classismo, entre outros conceitos, mas identificar o sexismo nas escolas.

7-O SEXISMO PODE ESTAR NA ESCOLA E ALÉM.

Consideramos até o momento, neste trabalho, o ‘ser’ do(a) discente e faz necessário adentrar um pouco no verbo ‘estar’, o que também é de grande importância e pode se relacionar intrinsecamente com a forma de ‘ser’. Para isto deve ser considerado as relações sociais a que uma pessoa pode se deparar, como o ambiente escolar, mas também a vivência fora dele. Há importância de se considerar a cidade pois “a geração de significados e sentidos que conforma m

identidades e pressupõem aprendizagens, a partir da experiência com o espaço urbano, assumem papel fundamental” (MIRANDA, 2010, p. 623).

Quando se fala de gênero e se aborda a questão LGBT's o município Guaiubense apresenta uma visível relação com o grupo quando o assunto são as marchas pelo orgulho gay e também em relação a criação de (apenas) uma lei municipal de ‘proibição’ de discriminação sexual. Em seu “Art 1º É proibido qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual” (GUAUIUBA, Lei Nº 530, 02 de julho de 2009) informando que:

Art 1º § 1º Para efeito desta lei, entende-se por orientação sexual a liberdade do cidadão de expressar abertamente seus afetos e relacionar-se emocional e sexualmente com Pessoas do mesmo sexo oposto sejam eles homossexual masculino feminino, independente de seus trajes, acessórios, postura corporal, tonalidade de voz ou aparência.

Art 1º § 2º Para efeito desta lei entende-se por discriminação qualquer ato ou omissão que caracterize constrangimento, proibição de ingresso ou permanência, exposição a situação vexatória, tratamento diferenciado, cobrança de valores adicionados ou preterimento no atendimento. (GUAUIUBA, 2009).

Trazendo em seu Art 2º que VI – Praticar, induzir ou incitar pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito com base na orientação sexual (GUAUIUBA, 2009) também vem a ser proibido pela lei. Se relaciona a escola quando afirma ser constituição de ato discriminatório II - Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino públicos ou privados de qualquer grau (GUAUIUBA, 2009). E segundo afirma o Art 4º A inobservância ainda que por desconhecimento, ou descumprimento consciente do disposto nesta lei, sujeitará o infrator as seguintes Sansões: I- Multa; II- Suspensão temporária do alvará ou autorização de funcionamento; III- Cessação do alvará ou autorização de funcionamento. (GUAUIUBA, 2009). Complementado pelo Art 7º IV que prevê destinar o valor das multas para ONG's (Organizações Não Governamentais) que tratem de questões relacionadas com a discriminação da vítima (GUAUIUBA, 2009).

É ainda muito recente o direito dos grupos homossexuais de pedirem por reconhecimento, “O conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade dos desvios sexuais a partir de 1985 e em 1999 o Conselho Federal de Psicologia confirmou a normalidade

da orientação sexual. (MOTT, 2003).” (SANTOS, 2012, p. 9) Há apenas dezoito anos a medicina assumiu a naturalidade humana em possuir um gênero fluido, o que ainda não foi aceito ou respeitado por grande parte da sociedade, tendo sofrido, no atual ano de 2017, uma enorme afronta quando o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, de forma arbitrária, com o apoio de poucos psicólogos, dentre eles a psicóloga Rozangela Justino, que é evangélica, concedeu uma liminar permitindo que gays e lésbicas fossem expostos a terapias de “reversão sexual” que o próprio CFP se posicionou contra. (Folha de S. Paulo, 2017).

Segundo o trecho de “Realidades Silenciadas” que foi utilizado pelo módulo 4, inclusão social, do programa ética e cidadania, o sistema educativo se encontra defendendo explicitamente a igualdade e praticando implicitamente a discriminação (BRASIL, 2007, p. 12). Uma publicação feita na revista Carta Capital intitulada de *gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos* que usa palavras da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, em seu artigo 6º onde estabelece que a educação é um direito de todas e todos e, ainda, que condições para acesso e permanência escolar devem ser garantidas pelo Estado, a criação de padrões sexuais como:

Uma identidade masculina baseada na agressividade, na indisciplina e em noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher tem, segundo esses últimos estudos, reproduzido uma cultura de violência e afastado os meninos dos bancos escolares (CARTA CAPITAL, 2015)

Como mostram as altas taxas de evasão escolar masculina (37,9%), o que faz refletir sobre o sexismo afetar também o sexo masculino, segundo dados do IBGE. A situação das pessoas LGBT é ainda mais alarmante, não havendo sequer pesquisas que mostrem o número de evasões das tais, segundo a carta, pela invisibilidade dada a tal problema. Mas as pesquisas qualitativas já feitas, mostram que além das pessoas LGBT sofrerem com a evasão, estas “são sempre associadas ao ódio e à violência perpetrados contra essa população, **dentro do ambiente escolar**” (CARTA CAPITAL, 2015, grifo nosso).

Porém, as notícias em relação a militância feminina no município não deixam boas impressões sobre a afinidade do mesmo com as guaiubenses, um fato que pode emblemizar este caso ocorreu em 2016, quando Maria das Graças da Silva, sindicalista e conselheira do movimento de mulheres, é vítima de feminicídio. Sendo o principal suspeito um ex-namorado da vítima. Publicação do jornal *O povo* Online informa ainda que a vítima havia solicitado medida protetiva contra o ‘marido’ (O POVO, 2016) segundo informações da 3ª Companhia do 14º Batalhão da PM (3ª Cia/14º BPM). Não foi encontrada nenhuma nota em relação ao ocorrido, também não foi criada nenhuma lei referente ao bem-estar feminino.

A existência, pois, de estereótipos de gênero pode ser um reflexo da cidade ou, como considerou Filho (2011) citado anteriormente, localização, poder aquisitivo, entre outras formas de relação. O projeto, porém, não possui o objetivo de focar nos demais ambientes, mas de trazer um olhar à educação municipal e analisar a presença do sexismo em relações ou discursos, deixando claro que a escola é apenas um dos ambientes de interação, mas a considerando, talvez, o ambiente que mais se deveria encontrar a negação de estereótipos.

Afinal, segundo Moreno (1999) a escola funciona como primeiro contato que conceituará aquilo que as crianças trazem do lar e das palavras apreendidas, sendo assim, uma produtora de significados, ou seja, reproduzindo modelos culturais. Admitimos, porém, que a responsabilidade em injetar as primeiras ‘verdades’ continua sendo da família. Para Moreno a escola precisa parar de ensinar o que os outros já pensaram, passando a ensinar a pensar (MORENO, 1999, pág. 17). Ideia semelhante à de Louro (LOURO, 2008, p. 6) que afirma que a posição de normalidade é construída recebendo orientações e ensinamentos que parecem absolutos, quase soberanos. Para a maioria dos alunos e alunas de ensino fundamental as palavras devem ser repetidas exatamente como foram escutadas, não sendo alimentada uma visão crítica de pontos de vistas, mas os fazendo aceitar uma única visão como a verdade. Mesmo que esta reflexão tenha sido introduzida nas primeiras séries ela pode fazer sentido inclusive no ensino fundamental II, na verdade podemos ver um cuidado para que o modelo ensinado anteriormente continue a ser regado como padrão de forma subliminar ou “com a certeza arrogante daquilo que, por ser tão evidente, não necessita sequer ser mencionado nem muito menos explicado”. (MORENO, 1999, p. 16) pois “a posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem”. (LOURO, 2008, p. 6).

Apesar de utilizar as ideias de Moreno para embasar o projeto acredito que a autora limitou a palavra sexismo às discriminações femininas cis gênero, ou seja, quando faz comparações em seu livro esta não considera os diferentes gêneros existentes, mesmo quando faz uso da palavra gênero continua a se referir a sexo, penso em quantas discriminações negativas passaram despercebidas apenas por serem projetadas em outros corpos diferentes e ainda mais subalternizados que o biologicamente feminino.

O projeto se baseia segundo palavras retiradas dos Parâmetros Curriculares Nacionais da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental para pensar as situações que deveriam ser repensadas ou discutidas nas escolas de acordo com seu volume 10.5 onde traz a temática Orientação Sexual, e afirma ser objetivo da escola que seus alunos(as) de ensino fundamental saiam do

período sendo capazes de, por exemplo “reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas” (BRASIL, 1998, p. 311), fala ainda que “o trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.” E cita exemplos de sexismo como “a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas” defendendo que “as diferenças não precisam ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um” (BRASIL, 1998, p

Os PCN's explanam ainda as possibilidades de transversalidade deste tema com as áreas de ensino da escola, como “ao estudar movimentos migratórios em Geografia, podem-se incluir as perspectivas de gênero, analisando as consequências das migrações nos arranjos familiares, nas ocupações profissionais e na ocupação de espaços.” (BRASIL, 1998, p. 323) E ainda discutir as próprias regras da língua portuguesa, quando é estabelecido que o plural no masculino inclui as mulheres, mas o plural no feminino exclui os homens, por exemplo.

Os Parametros Curriculares Nacionais, apesar de não citar claramente a palavra, cita alguns casos de sexismo que podem ser ocasionados pelo senso comum dos professores como por exemplo o mito de que meninos são melhores em matemáticas e meninas em língua portuguesa, ainda segundo as PCN's “se o professor tem essa crença, mesmo sem perceber pode ajudar a promovê-la, sendo que sua origem pode não ter nenhuma ligação com o sexo biológico e, sim, com experiências vividas que a escola pode alterar” (BRASIL, 1998, p.324)

É possível perceber que, segundo o volume 10.5, uma das motivações para que aconteçam as discriminações negativas em ambiente escolar é a separação entre sexo na maioria das dinâmicas praticadas pelos discentes, como na aula de educação física em que se separam rigidamente as tarefas dirigidas a meninos e meninas, ocasiões onde se podia propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças acabam se tornando mais uma fuga desse debate. A falta de convivência entre os sexos até a chegada da fase hormonal, onde se tem mais necessidade de aproximação, torna conflituosa a convivência entre os sexos repentinamente.

Somos ensinados(as) a notar características e as caracterizar. Transferimos nossos padrões, que muitas vezes nem nós mesmos(as) seguimos, ao corpo do outro e a partir disso o classificamos, para isto utilizamos, majoritariamente, concepções androcêntricas que colocam o homem e suas experiências como universais, Simone de Beauvoir em seu livro o segundo

sexo afirma “O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos” (BEAUVOIR,1970, p. 9). Se aconselharmos um escritor ou leitor a adicionar “homens, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (LGBTs) este, provavelmente, achará equivocado e afirmará que é prático à leitura utilizar somente uma palavra que possa, de qualquer forma, servir igualmente a todos. Mas abandonar a palavra “homens” para se utilizar de outro sexo ou gênero nos parece totalmente incabível, pois estaríamos a excluir os homens, e agora refiro-me ao sexo masculino, da situação, já a utilização de “seres humanos” parece ser superficial demais. Ou seja, temos que aceitar que somos representadas por uma palavra que não nos cabe, enquanto os homens não podem fazer este esforço. Ora, não daria grande importância a qual palavra utilizaríamos, caso o problema acabasse nos termos, mas vai além, as ideias de Simone (1970) e Montserrat Moreno (1999) defendem que a mulher não tem história.

O autor Alvaro García Mesenger denomina de salto semântico um defeito linguístico que consiste em iniciar um discurso referente a pessoas utilizando um termo de gênero gramatical masculino, em sentido amplo, mas logo em seguida utilizar expressões que põe em evidência o fato de que o autor se referia exclusivamente à homens (MORENO, 1999) e:

Um dos exemplos citados por este autor está, exatamente, relacionado com a história: “Os antigos egípcios habitavam no vale do Nilo. Suas mulheres costumavam...”. O masculino “egípcios”, na primeira frase, parece englobar os dois sexos, mas imediatamente nos damos conta de que não é assim. (MORENO, 1999, p 54)

A nós, os(as) outros(as), é negado o poder de estar presente quando se utiliza desta forma de descrição da humanidade, somos citadas apenas quando temos voz e direito de falar de si e falar por si (LOURO, 2008, p 4). Uma prima de 11 anos, aluna do fundamental II, que atualmente mora comigo, estava estudando ciências para uma tarefa escolar, depois de folhear o livro didático que, pelo que lembro, falava das artérias humanas ela me perguntou “só os homens tem esta ‘veia’ no coração?” Depois de responder negativamente a perguntei por que a dúvida, rapidamente ela procurou com o dedo a linha do livro que substituíra toda humanidade por “homens”, o que ela relacionou ao sexo.

Cada dia que se passa estudiosos tentam alertar que nada mais é natural, tudo é formado e tudo é performance, tudo é uma construção social. Assim sendo, precisamos refletir a partir de que modelo tudo isto foi construído, hoje sabe-se que do modelo dominante homem, hétero, branco e classe média ou superior. Quando ponho em cheque minha verdade, afirmo por meio de diversos mecanismos midiáticos que qualquer coisa que diferir de mim, a verdade, logo, é

mentira. A verdade, porém, não se trata de uma só, cada um tem sua verdade retirada a partir de experiências que passou até o dado momento.

Acredito, assim, que não devemos ensinar experiências individuais ou pontos de vista como verdade absoluta nem mesmo negar quaisquer experiências. Se por um lado não devemos impor, por outro estaríamos também errados caso não intervíssemos nas ideias apresentadas pelos alunos e alunas, para Moreno “não intervir equivale a apoiar o modelo existente” (MORENO, 1999, p. 74). Os sentidos comuns de acreditar na absoluta verdade das ciências exatas são fortes e Moreno sabe, por isso dá exemplos em áreas do terreno intelectual. Segundo a autora se os professores e professoras de matemática, física, língua portuguesa entre outras disciplinas decidissem não interferir nas ideias que seus alunos e alunas tem como a terra ser plana ou de que Atenas é capital da Turquia, não estariam produzindo conhecimentos sendo correta apenas caso “a ciência fosse limitada e o carácter dos indivíduos, preformado desde o nascimento, não sofresse nenhuma modificação por influências externas, isto é, se a escola fosse total e absolutamente desnecessária” (MORENO, 1999, p 73).

Acreditamos fielmente que já nascemos sabendo nos relacionar pois esta é uma característica humana, e opinar em discussões sociais, pois participamos da sociedade, ou que todas as pessoas já nascem graduadas em humanidades pois já nascem humanos, este preconceito à área não exata da ciência pode fazer com que acreditemos que não é necessário aprender como, por exemplo, tratar outros seres humanos. Pensamento que não está correto, pois somos influenciados cotidianamente por ideias de relações que já estavam prontas quando aqui chegamos, acreditamos que juntando dois ou três pensamentos de outras pessoas podemos construir nosso próprio e é exatamente isto que fazemos no ensino fundamental, utilizamos as ideias de outras pessoas nas nossas palavras, diria que cometemos um plágio ideológico, recortamos os ideais branco, hétero, classe média e os colamos em vidas de negros, héteros ou não e pobres.

Ensinamos as crianças que o padrão que eles devem seguir não parecem fisicamente e nem socialmente com elas. Quando Paulo Freire diz que “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003: p. 47.) Significa que devemos criar instrumentos intelectuais para produzir conhecimentos para tentar suprir incertezas o que fará com que possamos nos representar a partir de nossas palavras.

‘A escola nos prepara para a vida’, mas talvez tenhamos que repetir, ao contrário do que as frases motivacionais dizem: a vida, neste caso, não é uma só, e também não é pertencente a um só indivíduo, nem é formado por apenas um. Nossas vidas aquela da qual partimos do momento que nascemos, ou quando nossa mãe diz que segundo o exame de sangue, somos meninos ou meninas, ‘obviamente’ héteros com destino formado automaticamente, foram formuladas por pessoas que tinham ideais próprios e disseminaram sua ideologia, racial, moral e sexual. Logo, enquanto minorias não somos representados há tanto tempo, pois assim como eu parto de uma situação com não muita visibilidade as pessoas com que tratarei compartilham desta realidade, que está destinada a ouvir positivamente ideias que vão contra eles mesmos.

Para Moreno a escola está atrasada quando se fala de retratar a realidade, ensinando ainda que as mulheres são subalternas, em profissões subalternas, quando na verdade já estão caminhando para uma independência (MORENO, 1999, p. 71), ou seja, a escola não quer abandonar o antigo modelo e se reinventar.

Após dar uma pequena olhada na biblioteca e nos livros que a escola pública que frequentei possui, encontrei dois livros dedicados aos professores e professoras visando acrescentar às suas aulas visões mais livres dos sexismos cotidianos que possam ser praticados, um deles, intitulado de *relações étnico raciais e de gênero* que faz parte de uma coletânea ofertada aos professores pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO juntamente com a secretária de educação básica pelo seu programa Ética e Cidadania, de 2007, trazia como uma das autoras e autores principais Montserrat Moreno, assim como Genoeva Sastre, Aurora Leal e Dolors Busquets com o texto “Realidades silenciadas”, o que mais me chama atenção nesse pequeno módulo, de quarenta e quatro (44) páginas, é que ele traz sugestões de estratégias de trabalho para os professores e professoras dentro da sala de aula.

O módulo incentiva que seja feito um fórum para escolha de materiais que os alunos e alunas utilizam que possam ter figuras ou histórias que os(as) professores(as) vejam discriminações negativas, e lança perguntas a serem respondidas com este trabalho como ‘que alterações poderiam ser feitas no referido material para que essas discriminações fossem superadas?’ (BRASIL, 2007) bem como projetos que podem ser feitos em sala de aula como assistir a documentários, citados pelo livro, ou analisar os próprios livros juntamente com os professores, tentando identificar casos de sexismo.

O segundo material que encontrei foi feito na região, por pessoas do Núcleo Humanas em 2009, no instituto UFC em Fortaleza, apoiado pelo MEC. Intitulado de *Deus é menino e*

menina, respeitar as diversidades e combater as desigualdades sendo que o fascículo cinco da coletânea traz três artigos recheados de boas referências para um pequeno debate incitado pelo livro, com perguntas “para refletir” ao final de cada artigo assim como recomendações de leituras essenciais, dentre elas Guacira Lopes Louro.

Achei importante citar estes livros pois pode nos fazer perceber que a falta de preparação que poderá, ou não, ser encontrada na escola não está ligada em sua totalidade a falta de recursos (ainda escassos) para retirada de dúvidas ou apoio pedagógico, e sim a falta de interesse ou de tempo, que recai novamente na falta de interesse, em se nutrir deste assunto.

Segundo objetivos dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) referentes ao ensino fundamental II (6º ao 9º ano), este deve ser utilizado por docentes para guiar discentes meio a compreensão de cidadania com participação social e política, bem como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, o que demonstra a criação da cidadania na escola, pois:

Queira ou não, a escola intervém de várias formas, embora nem sempre tenha consciência disso e nem sempre acolha as questões dos adolescentes e jovens. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe certas manifestações e permite outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos no momento. (BRASIL, 1998, p. 292)

Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas (BRASIL, 1998) é uma das competências que sugerem as PCN's aos formandos(as) do ensino fundamental.

Um parágrafo dos Parâmetros Curriculares Nacionais onde se lê: “A proposição, por parte do professor, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças.” (BRASIL, 1998, p. 324) me fez lembrar de uma situação narrada pela representante da escola, em conversas informais, em que afirmou certo dia ter sido necessário estar em sala na ausência de um(a) professor(a), a turma era do nono ano, e para melhor rendimento decidiu que era uma boa hora para pôr em práticas dinâmicas.

Segundo contou primeiramente tratou de dividir a turma em duas metades, para a brincadeira. Como a organização da sala já tinha de lados opostos a mesma quantidade de alunos(as) informou que a divisão ficaria como já estava. O que foi indagado pelos(as) alunos(as), que queriam ser divididos(as) entre meninos e meninas, fator que a educadora

desconsiderou, pois explicou ser totalmente desnecessário, após sua fala, porém, aconselhou que se divissem como achassem melhor, mas recebeu uma proposta que segundo ela foi um tanto inesperada. O caso é que um aluno, que estava no grupo majoritariamente feminino afirmou que gostaria de ficar no grupo mesmo, pois ainda não sabia de qual ‘lado’ ele era, tratando de seu gênero sexual. O que mais impressionou a diretora foi a reação dos(as) demais alunos(as), tiveram um primeiro momento de risos, mas não se pronunciaram negativamente sobre o assunto, tendo aceitado a continuação da configuração dos grupos. O parágrafo dá continuidade afirmando que

essa convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para os questionamentos dos estereótipos associados ao gênero. (BRASIL, 1998, p 324).

Em primeiro contato em que mantive um olhar mais atento para o cotidiano da Escola, participei da reinauguração da biblioteca da instituição, que servia para mostrar o ambiente reorganizado e dar início a um projeto de leitura, onde houveram competições. Na mesma manhã de sábado onde uma menina ganhou a rifa de uma bola de futebol, com muita injustiça segundo os alunos, o “soletrando” escolar apresentou dez meninas para dois meninos, tendo seu primeiro, segundo e terceiro lugar representações femininas, apesar de um aluno ouvinte ter soletrado corretamente todas as palavras em voz baixa na primeira fila.

E a competição de matemática, que teve sua premiação nesta mesma manhã, dois meninos no primeiro e segundo prêmio e uma menina no terceiro. Não apresentava grandes expectativas que fosse notada, mas a diferença entre sexo e competência escolar foi percebida por uma educadora que salientou em tom de orgulho que as meninas novamente em português e os meninos novamente em matemática. Dava-se sequência ao destino formulado no nascimento. Em seguida outra educadora tentou consertar como um ‘puxão de orelha’, não sei se pela minha presença ali ou não, que “as meninas precisam aprender mais matemática e os meninos precisam aprender mais português”, a crença de que as meninas realmente não sabem matemática e os meninos realmente não sabem português ainda está presente, apesar da boa intenção em desconstruir este senso comum, na verdade ele foi reproduzido.

O sentimento de desqualificação intelectual que pode ser alimentado seguindo esta crença pode realmente afetar o desenvolvimento de alunos e alunas, como quando o aluno da primeira fila sabia das respostas do soletrando mas preferiu não demonstrar isso, o sexismo, que neste caso afeta o masculino, apresenta o terrível poder de fechar as pessoas em dicotomias ou ir ainda mais fundo e introduzir o pensamento de que, por exemplo, as meninas não são boas

em matemática passando assim seu ensino fundamental sem esforçar-se em ser boa, não se descobrindo para tal área e tornando real a crença por falta de treino e reforçando, mais uma vez, o senso comum.

Tive a honra de ter sido ensinada por uma professora de matemática no ensino médio, ela contava muito em sala como havia sido sua formação, que tinha como grande parte da turma integrantes do sexo masculino e uma porcentagem bem pequena de mulheres, na formação a quantidade de mulheres que ainda restavam na turma se resumiu a duas. Seu relato era uma busca de mostrar o quanto as meninas estavam ainda distantes da matemática, o que ela não considerava natural, mas talvez, também não considerasse social.

Essa falta de preparação para interpretação dos fatos pode trazer consequências, pode ser apresentado ao discente um discurso vago, que para o mesmo não surtirá efeito algum. Ou pode ainda ocorrer a mesma situação quando as representantes da escola falaram sobre a matemática e a língua portuguesa, as associando ao sexo. Agir com boa intenção, mas de forma errônea ou ainda a não tentativa de desconstrução.

8-METODOLOGIA

O projeto pretende trabalhar os conceitos considerando as caracterizações trazidas no texto, para identificação em ambiente escolar, trabalhando, pois, a ideia estereótipos de gênero e se apoiando em definições dos autores utilizados.

Apresenta um viés descritivo à medida que lida com ideias e atitudes de determinado grupo, levando em consideração, de certa forma, a faixa etária, visto que englobarei somente alguns anos do ensino fundamental. A pesquisa a campo também poderá acrescentar ao trabalho. Com método indutivo, a medida que utilizarei da observação da vida escolar, e bibliográfico. Pretende-se utilizar como técnicas a entrevista semiestruturada com propósito de perceber discursos e a observação não participante como contraponto, para uma boa conclusão. Com resultados traduzidos qualitativamente. Ainda em período de amadurecimento do projeto foi pensado o procedimento técnico etnográfico, visto que entrarei em contato com situações da vida real, inserida em um contexto particular de um grupo visando compreender e perceber a interferência do real transformadas em consequências., realizando certa imersão no campo. Encontrando-se ainda em etapa de exploração, não tendo partido para coleta de dados ou análise e formulação de teorias.

Como arcabouço teórico preferi autoras(es) como Emi Koyama (2000), Montserrat Moreno (1999), Marília Pinto de Carvalho (2004), entre outras e outros autores, escolhidas(os) por suas narrativas libertadoras, crítica à um sexismo na escola e abordagem da perspectiva de gênero, bem como produzirem trabalhos com narrativas mais didáticas. Fiz pesquisas em sites quando achei necessário estar mais perto, por exemplo, das pautas do movimento transfeminista. Trazendo ideias de militantes do movimento, buscando anexar uma narrativa mais formal junto a acadêmicos do assunto. Dediquei outra parte do tempo lendo PDF's encontrados na internet. Foi considerado importante o fácil acesso, bem como a gratuidade, às obras utilizadas para tornar o trabalho um elemento útil para aqueles não inseridos na academia. Tendo sido utilizado apenas um livro que não estava disponível para download, o livro de Montserrat Moreno *como se ensina a ser menina: o sexismo na escola* o qual precisei adquirir em um sebo online. Também não foi propósito do trabalho trazer grandes nomes do feminismo, mas trazer as(os) autoras(es) mais próximas(os) da educação escolar.

A escolha da escola foi motivada pela proximidade, tanto por já ter tido uma vivência quanto geográfica, com a mesma, o que pode proporcionar ao projeto um melhor acompanhamento dos participantes. Para além do primeiro motivo esta é a única escola de ensino fundamental II do distrito o que torna inevitável ingressar na mesma, possuindo uma participação considerável na educação do distrito, a não ser em casos que se pode optar por um ensino privado, o que na região tem porcentagens muito baixas.

O primeiro momento na escola foi de observação não participante, nos diferentes períodos, manhã e tarde. Visava conhecer as interações e o público, para assim desenvolver melhor técnicas de coleta de dados. Pretendia-se observar os momentos simples de interação entre grupos e como se portavam os educadores e gestores diante desses momentos, perceber as narrativas de diferentes aulas ofertadas na escola e considerar reações às narrativas.

A escola tem porte pequeno, possui somente cinco (5) salas de aulas divididas entre sétimo, oitavo e nono ano pela manhã e sexto, sétimo, oitavo e nono ano pelo período da tarde. Possui uma diretora e duas coordenadoras do sexo feminino (pois possui um anexo). Sua maioria docente é feminina, tendo como professores somente quatro (4) homens destinados à matemática, juntamente com mais duas (2) professoras, e educação física, em uma quantidade de quinze (15) profissionais, mais as três (3) em cargos administradores.

As entrevistas serão realizadas com docentes e administradoras da escola, entrando no assunto da caracterização de comportamentos dos discentes. Pretendo realizar com alunos e

alunas a observação, a fim de identificar suas competências, segundo sugerem as PCN's, bem como ver se há evolução no quadro em diferentes séries. O motivo de escolha do sexto ao nono ano se deu pelos objetivos gerais da PCN *Orientação sexual*, que contava somente com aquilo que deveria ser cobrado ao fim do ensino fundamental.

9- ANEXOS

EXEMPLO DE PERGUNTAS DESTINADAS AOS PROFESSORES:

- 1- Para você, qual seria o comportamento de um bom aluno(a)? (Para entender um posicionamento inicial)
- 2- Você vê este comportamento em muitos dos(as) alunos(as) desta escola? (Para perceber de certa forma, a caracterização da própria escola).
- 3- Na sua opinião, o que proporciona a dificuldade dos alunos em atender esse bom comportamento? (Tentativa de identificação das intersecções)
- 4- Você considera o comportamento do(a) aluno(a) no momento de dar as notas?
- 5- Você acredita que o comportamento dos alunos em sala de aula varia de acordo com o educador presente?
- 6- Como você avalia a relação aluno-aluno?
- 7- É possível afirmar um comportamento diferenciado para meninos e meninas?
- 8- Se sim, a que você acha que isto se deve? (Ex: interações diferenciadas com a turma, comportamento naturalizado).

10-CRONOGRAMA

Ano	2017												2018					
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Mês/etapas	X																	
Escolha do tema	X																	
Levantamento bibliográfico		X	X	X	X	X	X			X	X	X						
Primeira visita a escola									X									
Revisão do projeto								X				X						
Defesa do projeto												X						
Modificações segundo a banca												X						
Observação													X	X	X			
Levantamento de dados															X			
Análise de dados																X	X	
Conclusão																		X

11-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. [S.l]: Editora Companhia das Letras, 2014.

AURÉLIO, Dicionário Online. 2008 – 2017. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/>>. Acesso em: 28/nov./2017.

BBC. Fortaleza: BBC Brasil. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41143523>> Acesso em: 29/nov./2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Ed. 4.a. 1970.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>> Acesso em: 29/nov./2017.

CARTA CAPITAL, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.html>> Acesso em: 28/nov./2017.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. In: **Cadernos Pagu**, vol. 22. São Paulo, 2004.

DICIONÁRIO DE GÊNEROS, 2016. Disponível em: <<http://dicionariodegeneros.com.br/>>. Acesso em: 28/ nov./2017.

ENSAIOS DE GÊNERO. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>> Acesso em 26/ nov 2017.

FILHO, MARCOS MESQUITA. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.3, p.554-567, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2017?]-. Diário. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 9 out. 2017

FORMIGA, N. S; **Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural**. Salud e Sociedad. V.2. N°2. P. 192 – 201. Maio – Agosto de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GUAÍUBA. Lei n. 530, de 02 de julho de 2009. Proíbe discriminação sexual na forma que indica e da outras providencias. PREFEITURA DE GUAÍUBA, Guaiúba, Leis Municipais.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**. V.19, n.2 (56), ago. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Esplanada dos Ministérios. Programa Ética e Cidadania: Relações étnico-raciais e de gênero/ Organização FAFE, Brasília – DF. 2007.

MIRANDA, Sonia Regina. Olhares sobre a cidade, atravessados pelo tempo: o urbano em seus subterrâneos educativos. In: SANTOS, L. L. C. P. et al. (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 621-638. (Coleção Didática e Prática de Ensino).

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

O POVO, Ceará, O Povo Online, 2016. Disponível em < <https://www.opovo.com.br> > Acesso em: 03, Janeiro de 2018.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo. História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

QUADROS, Marion Teodósio de. Ética da vida e feminismo. In: **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador, Bahia: REDOR/ NEIM – FFCH/UFBA, 2002 (Coleção Bahianas;8).

RESPEITAR AS DIVERSIDADES E COMBATER AS DESIGUALDADES. Fascículo 5 – Deus é menino e menina. Fortaleza: **Expressão Gráfica e Editora Ltda**, 2009.

SANTOS, Vanessa dos. Homossexualidade no ambiente escolar. **Revista Eletrônica: LENPES – PIBID De Ciências Sociais – UEL**. Londrina. v.1, n. 2, nov. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. In: **novos estudos**, São Paulo: Cebrap, Julho, 2012.

KOYAMA, Emi. **Manifesto Transfeminista**, Portland, Oregon. 2000.